

CPC deve usar tecnologia para agilizar os processos

Anteprojeto do novo Código de Processo Civil em estudo no Senado deve prever que tramitação de parte dos documentos do processo ocorra por meio eletrônico. **3**

Demostenes diz que votação para ANA pode ser anulada

Para presidente da Comissão de Justiça, questionamento do DEM e do PSDB é procedente e rejeição a Paulo Vieira para Agência Nacional de Águas deve ser mantida. **3**

Lewandowski assume como presidente do TSE

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem à noite da posse do ministro Ricardo Lewandowski como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **2**

Plenário já pode votar os quatro projetos do pré-sal

Além da criação da Petro-Sal, as três outras propostas do Executivo para as novas reservas de petróleo devem ser votadas até o dia 7 de maio para não trancarem a pauta



AgênciaPetrobrás

Incluídos ontem na pauta de votação, os três últimos projetos sobre o petróleo da camada pré-sal já podem ser apreciados pelos senadores em Plenário a partir da sessão deli-

berativa da próxima terça-feira. As propostas tratam da criação de um fundo social com recursos dessa riqueza, da capitalização da Petrobras e da nova fórmula de distribuição dos royalties pela

exploração de gás e petróleo. A pauta, porém, está bloqueada pelo primeiro dos quatro projetos – que propõe uma nova estatal para o setor (Petro-Sal) – e por duas medidas provisórias. **3**



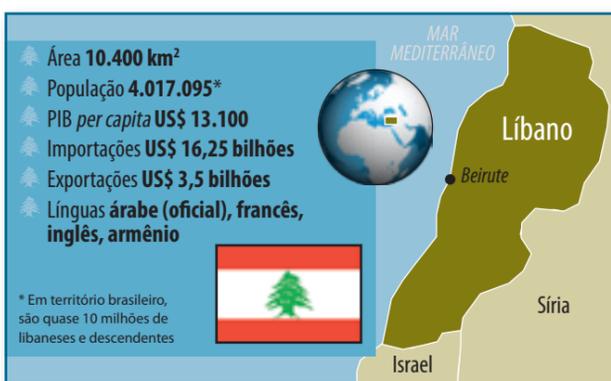
Jonas Pereira

Sarney oferece apoio do Brasil à reconstrução e à paz no Líbano

Senador recebe Michel Sleiman, presidente ao esforço brasileiro em favor do entendimento libanês, e ouve elogios no Oriente Médio. **2**

Amizade desde o século 19

Imigração libanesa para o Brasil começou em 1880, quatro anos depois de uma visita de dom Pedro II ao país



Fonte: CIA World Factbook

Sarney recebe souvenir do presidente libanês, Michel Sleiman: líderes debateram busca pela paz no Oriente Médio

Presidente do Senado recebe líder do país árabe, destaca laços seculares de amizade e garante apoio nacional aos esforços de reconstrução e à busca pela paz na região

Sarney diz que Líbano pode contar com ajuda brasileira

O PRESIDENTE DO Senado Federal, José Sarney, recebeu ontem à tarde a visita oficial do presidente do Líbano, general Michel Sleiman, e comitiva. Eles lembraram os laços de amizade que unem ambas as nações há séculos.

Sarney ressaltou que Líbano e Brasil têm relações históricas, humanas, culturais e étnicas significativas desde pelo menos 1876, quando o imperador dom Pedro II visitou o país árabe. O presidente do Senado, que também já foi ao Líbano, disse conhecer grande parte do país e garantiu que os brasileiros acompanham com interesse e solidariedade notícias de lá.

Sarney fez votos de que o Líbano continue progredindo em paz e garantiu que os libaneses podem contar com a ajuda do Brasil. Disse ainda que vários senadores brasileiros são descendentes de libaneses.

Grande colônia

O presidente libanês disse que os quase 10 milhões de libaneses e descendentes que vivem no Brasil têm grande respeito e admiração pelo país, ao qual são leais, mas afirmou que as relações entre as duas nações ainda têm muito o que avançar.

Sleiman também elogiou o Brasil pela importância conquistada no cenário internacional nos últimos anos, inclusive na intermediação da paz no Oriente Médio.

O general afirmou ainda que os árabes "nunca se recusaram" a assinar tratados de paz com Israel, acrescentando que aquele Estado tem insistido em atitudes que dificultam a paz na



Ajudados pelo tradutor, Sleiman e Sarney conversam na audiência

região, como os assentamentos na Faixa de Gaza, o muro na Cisjordânia e a expulsão de colonos palestinos. "Infelizmente", afirmou Sleiman, "Israel não está preparado e não aceita a paz".

– Esperamos que o Brasil continue ajudando para que alcancemos a paz – disse o presidente do Líbano, que recebeu um exemplar em árabe de *O Dono do Mar*, escrito por Sarney.

Também participaram da recepção os senadores Paulo Duque (PMDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Acir Gurgacz (PDT-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Cristovam Buarque (PDT-DF)

Depois da visita ao Senado, Sleiman foi recepcionado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que é também de origem libanesa.

Ainda ontem, Sleiman e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criaram o Conselho Empresarial Brasil-Líbano, com o objetivo de incrementar o comércio bilateral. Também foram assinados acordos de cooperação em desenvolvimento social e esportes.

Colônia no Brasil supera população do país de origem

A comunidade libanesa que vive no Brasil, formada em sua maioria por descendentes, é maior do que a população do Líbano. São quase 10 milhões de pessoas, contra 4 milhões no Líbano.

O país é uma república parlamentarista, com presidente eleito pelo voto dos deputados. O general Michel Sleiman foi eleito presidente em 1998. Brasil e Líbano têm comércio bilateral de cerca de US\$ 312 milhões.

Em 2010, são comemorados 130 anos do início oficial da imigração árabe para o Brasil. Foi em 1880 que partiu do porto de Bekaa o primeiro navio com libaneses, estimulados pelo imperador dom Pedro II, que visitara o país quatro anos antes. A maioria imaginava estar migrando para os Estados Unidos, porque o Brasil era praticamente desconhecido.

Ricardo Lewandowski assume Presidência do TSE

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da posse do ministro Ricardo Lewandowski e da ministra Cármen Lúcia como presidente e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respectivamente.

Ao transmitir o cargo, o ministro Carlos Ayres Britto elogiou a longa experiência e a vocação de Lewandowski e Cármen

Lúcia. A Presidência do TSE é exercida em sistema de revezamento entre os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o mandato dura dois anos.

Ao assumir o cargo, Lewandowski exaltou o regime democrático, a soberania popular e o sufrágio universal com voto secreto. Ele aproveitou para condenar o financiamento ilegal de campanhas, o abuso do poder

e econômico e a propaganda feita antes do período regulamentar. Para os candidatos à Presidência da República, ele sugeriu o debate em torno de "ideias, programas e projetos".

Também participaram da solenidade os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Paulo Duque (PMDB-RJ), Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE).

Gilvam reassume e homenageia presidente

De volta ao Senado após quatro meses afastado para tratamento de saúde, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) prestou uma homenagem ao presidente da Casa, José Sarney, que amanhã completa 80 anos. Gilvam se referiu especialmente à trajetória política do presidente do Senado que, apesar de ser maranhense, tem o Amapá como domicílio eleitoral. Também lembrou as obras literárias do membro da Academia Brasileira de Letras que exaltam as belezas do estado.

Para Gilvam, a figura de Sarney é um orgulho para os amapaenses, o que tem feito com que a população do es-



Gilvam afirma que Sarney é motivo de orgulho para os amapaenses

tado o eleja reiteradas vezes para representá-la no Senado Federal.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) se associou à homenagem e lembrou a participação de Sarney em momentos decisivos da história política recente do país, como a Constituinte de 1988.

Documentário traz história da busca pela democracia

A trajetória do menino de Pinheiro (MA) que queria ser prefeito para impedir a violência policial e que acabou se tornando presidente da República é contada no documentário *José Sarney: um nome na história*, dirigido por Fernando Barbosa Lima e com roteiro de José Augusto Ribeiro.

O documentário, que será

exibido pela TV Senado no sábado, às 20h, começa com dois marcos do fim do autoritarismo: a posse de Sarney em 15 de março de 1985 e a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988. Entre os depoimentos, estão o do ex-senador Afonso Arinos, do ex-governador do DF José Aparecido e do general Leônidas Pires Gonçalves.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Os primeiros oradores inscritos são os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Presidência Posse no Supremo Tribunal Federal

16h O senador José Sarney comparece à posse dos ministros Antonio Cezar Peluso e Carlos Ayres Britto nos cargos de presidente e vice do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Exposição Último dia de mostra sobre Brasília

9h Obras de 36 artistas plásticos podem ser vistas na exposição *Retratos de Brasília, Janelas do Brasil, Arte em Festa*, pelos 50 anos da capital. A mostra está aberta até hoje.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Demostenes Torres: segunda votação para direção da ANA deve ser anulada

Para Demostenes, nome de Paulo Vieira foi rejeitado

É procedente a questão de ordem apresentada pelo líder do DEM, José Agripino (RN), para anular a votação que aprovou o nome de Paulo Rodrigues Vieira para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), no último dia 14. Essa é a conclusão do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO). A comissão vota parecer sobre o assunto na quarta-feira.

– Darei a mesma resposta de antes, ou seja, não houve erro [na primeira votação] e, por isso, não cabe anulá-la. Mas o Plenário é soberano e já há precedentes nesse sentido – ressaltou.

Demostenes lembrou que, em parecer anterior referente a recurso à primeira votação do indicado, afirmou que uma nova votação, se ocorresse, deveria ser respaldada pelo Colégio de Líderes. “Parece que os líderes estão questionando a [segunda] votação”, disse.

Histórico

A primeira votação em Plenário do nome de Paulo Vieira foi realizada em 16 de dezembro de 2009 e o resultado foi pela rejeição, por 26 a 25 votos. No dia seguinte, Magno Malta (PR-ES) apresentou questão de ordem para anular a votação. Ao receber o questionamento, Sarney o encaminhou ao presidente da CCJ, que afirmou não haver previsão regimental para a anulação da votação. Demostenes, no entanto, disse que uma possibilidade seria submeter novamente o nome de Paulo Vieira ao Plenário do Senado – como já havia ocorrido com Alexandre Moraes, para o Conselho Nacional de Justiça, e Diaulas Costa Ribeiro, para o Conselho Nacional do Ministério Público –, desde que os senadores aprovassem a nova votação.

No dia 14 de abril, José Sarney, após consultar o Plenário, realizou nova votação secreta do nome de Paulo Vieira, aprovado então por 18 votos a 15. É essa segunda votação que agora está sendo questionada.

As propostas do Executivo já passaram pela Câmara, onde foram modificadas por emendas, e precisam ser votadas em turno único pelos senadores até o dia 7 de maio, quando passam a trancar as votações

Três últimas propostas sobre pré-sal já estão na pauta do Plenário

FORAM INCLUIDOS ONTEM na pauta do Plenário os três projetos que formam, juntamente com a proposta de criação da empresa Petro-Sal, o marco regulatório para a exploração das novas reservas de petróleo. As propostas – que passam a trancar a pauta a partir do dia 7 de maio – tratam da criação do Fundo Social, de regras para a capitalização da Petrobras e de novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo.

Esses projetos foram incluídos na ordem do dia mesmo sem terem sido votados nas comissões

porque tramitam em regime de urgência. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 309/09, que cria a Petro-Sal, foi o primeiro a entrar na pauta e já impede a maioria das outras votações desde o dia 19, juntamente com duas medidas provisórias (MPs). Os senadores apresentaram nove emendas a esse projeto.

Os quatro textos já passaram pela Câmara, onde receberam emendas e modificações dos deputados. Serão votados no Plenário do Senado em turno único.

O PLC 7/10, que cria o Fundo

Social, depende ainda de pareceres das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS), Educação, Cultura e Esporte (CE) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Os senadores apresentaram 12 emendas ao projeto nessas comissões, mas, como não houve parecer conclusivo, a decisão caberá ao Plenário.

O PLC 8/10, que estabelece regras para a capitalização da Petrobras, também depende de pareceres dos relatores. Esse projeto tramitou na CCJ, na

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), recebendo cinco emendas dos senadores.

Considerado o mais polêmico de todos, o PLC 16/10 estabelece novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo e cria o regime de partilha de produção, a ser aplicado nos contratos de exploração do produto na área do pré-sal. O projeto recebeu 54 emendas ao tramitar pela CCJ, CAE e CI e também depende de um parecer conclusivo, que deverá ser feito em Plenário.

Plataforma marítima de exploração de petróleo: polêmica sobre a distribuição dos royalties será decidida pelo Plenário

Senadores apresentam emendas a projeto que capitaliza estatal

Os senadores apresentaram cinco emendas ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 8/10, que estabelece regras para a capitalização da Petrobras e permite que os atuais acionistas minoritários utilizem até 30% dos recursos de suas contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de mais ações da empresa. O projeto também autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras, sem licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

A matéria tramitou pelas

comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Serviços de Infraestrutura (CI), mas não obteve parecer conclusivo dos relatores, ficando a decisão para o Plenário. Apresentaram emendas ao projeto os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marina Silva (PV-AC), Paulo Paim (PT-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES).

A emenda de Paim suprime o parágrafo quarto do primeiro artigo do projeto, que estabelece que o pagamento devido pela Petrobras por tal cessão, num montante equivalente ao valor de mercado de até 100 milhões de barris de petróleo

ou gás de volumes recuperáveis, terá 100% de participação da empresa.

A emenda de Inácio Arruda altera o artigo terceiro do projeto, para estabelecer que os volumes de barris equivalentes de petróleo – que não podem exceder a cinco bilhões, conforme o PLC –, bem como seus respectivos valores econômicos, serão determinados a partir de laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras, observadas as melhores práticas da indústria do petróleo.

Uma das emendas apresentadas por Marina Silva, que têm enfoque na questão ambiental,

acrescenta artigo para determinar que será devida compensação pela emissão de gases de efeito estufa decorrentes da exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Pela emenda de Casagrande, o valor que a Petrobras terá de pagar à União pela cessão não poderá ser inferior a 25% do valor médio do barril equivalente de petróleo nos 12 meses que antecedem o contrato de cessão. Caberá à Agência Nacional do Petróleo (ANP) calcular o valor do barril em função dos preços de mercado dos produtos e da localização do campo.



Inácio Arruda propõe laudos técnicos para determinar volumes de barris



Marina Silva quer compensação por emissão de gases de efeito estufa



Paim retira participação de 100% da Petrobras na cessão da exploração



Emenda de Casagrande determina que ANP calculará valor do barril



Luiz Fux: chegada do processo pode levar poucos minutos

Novo CPC poderá permitir trâmite eletrônico de atos processuais

A comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) deve entregar o relatório final na próxima semana. Os juristas se reuniram ontem e na quarta-feira para trabalhar na finalização da proposta.

Eles discutiram, entre outros temas, a convocação das partes do processo e a tramitação da

documentação dos autos. O novo CPC poderá autorizar que parte dessa tramitação se dê por via eletrônica.

– O uso do meio eletrônico facilitará a tramitação. Um processo que leva seis meses para chegar ao tribunal poderá levar alguns minutos – explicou o presidente da comissão, ministro Luiz Fux, do STJ.

Na reunião da quarta-feira, a comissão também decidiu modificar a nomenclatura de um instrumento do novo CPC: o “incidente de coletivização” passará a ser denominado “resolução de demandas coletivas”. Trata-se da garantia de decisão única para todos os processos que tratam do mesmo assunto.

Ontem, Fux e outros integrantes

da comissão reuniram-se com o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, para tratar de formas para tornar homogêneas as prerrogativas de órgãos do poder público, como a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República. Além do ministro, participou da reunião o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.



Mão Santa: muitos presidentes contribuíram para grandeza do país

“O Brasil não foi descoberto em 2003”, diz senador

O senador Mão Santa (PSC-PI) comemorou os 510 anos da descoberta do Brasil com um discurso em que leu a lista dos presidentes brasileiros, destacou os feitos mais importantes de alguns deles e, ao final, criticou o presidente Lula por usar, “para qualquer coisa”, a expressão “nunca antes neste país”.

– O Brasil não foi descoberto em 2003, com a eleição do presidente Lula. Tudo que aí está praticamente foi feito antes dele. Cada homem que dirigiu este país deu sua contribuição para que o Brasil chegasse até aqui – disse.

Mão Santa falou de D. João VI, dos regentes, de D. Pedro II e dos presidentes Washington Luiz, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Fernando Henrique Cardoso. Para ele, o maior acerto de Lula “foi a elevação do salário mínimo”.

– Na verdade, Lula é o pai dos trabalhadores, mas é também a mãe dos banqueiros – sustentou, referindo-se aos juros pagos pelo governo para rolar no mercado a dívida pública interna.



Mozarildo: Lula deve ser declarado *persona non grata* no estado

Para Mozarildo, Lula debochou do povo roraimense

“Vou pedir à Assembleia Legislativa de Roraima que vote um título de *persona non grata* do estado ao presidente Lula, para que ele não precise mais ir lá, para que não tenha mais o trabalho de ir lá”, comunicou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao registrar a visita presidencial à reserva indígena Raposa Serra do Sol. Para o senador, a visita foi um deboche e uma desconsideração com o povo roraimense.

O fato de a programação oficial ter acontecido apenas na comunidade indígena de Maturuca, em Uiramutã, excluiu da festa do Dia do Índio as demais etnias da região, disse Mozarildo. A comunidade, lembrou o senador, é onde fica a ONG que trabalhou pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

A série de liminares para sustar ou garantir a realização do leilão que definiu o consórcio para construção da usina faz parte do jogo democrático, diz senador

Belo Monte é essencial para suprir energia, afirma Delcídio

A CONSTRUÇÃO DA usina de Belo Monte representa uma vitória do povo brasileiro e é essencial para o suprimento de energia do país, acredita o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

No final da tarde de quarta-feira, o consórcio Norte Energia – que tem participação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), da construtora Queiroz Galvão e de outras empresas – venceu o leilão para realização do empreendimento, após diversos questionamentos judiciais.

Na avaliação do senador, a edição de liminares faz parte do Estado democrático de direito. Ele destacou ter atuado na construção da usina de Tucuruí, no Pará, que também foi objeto de liminares na Justiça, nos anos 1980.

As usinas atuais, observou, deixaram de constituir grandes reservatórios como Tucuruí, “foram encolhendo” e começaram a operar a fio d’água (geração de energia no fluxo



Delcídio Amaral comparou Belo Monte e Tucuruí: reservatórios agora são menores

do próprio rio), como forma de evitar a formação de lagos gigantescos e minimizar impactos ambientais.

– As soluções adotadas para Belo Monte mitigam os grandes impactos e trazem menos transtornos à população – declarou o senador.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por sua vez, disse que a sociedade brasileira evoluiu muito nos últimos anos e que, atualmente, qualquer empreendimento, seja em que área for, tem que levar em conta a viabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental.

Duque: Beneficência Portuguesa do Rio pode desaparecer

Paulo Duque (PMDB-RJ) alertou da tribuna para o risco de fechamento do Hospital Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, um dos mais tradicionais do país. Ele contou que, no esforço para salvar a entidade, procurou a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas ficou decepcionado com a resposta de que “esse tipo de operação não faz parte da programação” da instituição financeira.

– Quando se vai buscar apoio para que um hospital não cerre suas portas, não se consegue porque a programação é outra. Evidentemente esse hospital não faz parte da programação governamental, mas faz parte da programação do Brasil.

Paulo Duque anunciou que pedirá audiência com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho; com o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para tratar da situação do hospital.



Paulo Duque diz que vai tratar do assunto com o ministro da Saúde

Azeredo cobra investimentos em aeroportos

Às vésperas da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, são preocupantes as condições em que se encontram os principais aeroportos brasileiros, salientou ontem o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Cidades como Vitória e Goiânia nem sequer dispõem de aeroportos construídos adequadamente, acrescentou, reclamando novos investimentos no setor.

– São grandes cidades que precisam, urgentemente, de novas instalações.

Azeredo destacou ainda ter apresentado projeto (PLS 537/09) que obriga os aeroportos a oferecerem elevadores



Azeredo quer assegurar acesso a pessoas com deficiência nos aeroportos

para embarque e desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, quando não dispuserem de pontos de embarque ou a aeronave estacionar longe.

– O setor de transportes é um dos mais relevantes para a política de acessibilidade – observou o senador.

Suplicy quer reduzir férias de juízes e promotores

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse discordar da proposta de emenda à Constituição (PEC 48/09) que concede férias anuais de 60 dias a magistrados e membros do Ministério Público, como já prescrevem a Lei Orgânica da Magistratura e o Estatuto do Ministério Público. Além disso, a PEC do senador Valter Pereira (PMDB-MS) retira da Constituição a vedação do gozo de férias coletivas aos juízes e promotores, incluída anteriormente pela reforma do Judiciário.

– Por maior respeito que tenho às funções desempenhadas pelos juízes e promotores de justiça, avalio que não é pertinente que tenham um período de férias maior que 30 dias, como é o de todos os outros trabalha-



Senador critica PEC que fixa férias anuais de 60 dias para categorias brasileiras – afirmou.

O senador observou que, quando os juízes titulares tiram férias, os juízes substitutos não julgam os processos de maior complexidade, somente questões emergenciais.

Suplicy lembrou que é autor de dois projetos de lei complementar (PLSs 374/07 e 375/07) que reduzem para 30 dias por ano as férias de juízes e promotores.



Construção de Brasília desenvolveu agricultura na região, destaca senador

Cristovam rebate críticas à mudança da capital federal

A transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central foi uma necessidade urbana das grandes capitais brasileiras, além de fruto da visão de estadista de Juscelino Kubitschek. Esses foram alguns dos argumentos utilizados pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para se contrapor aos argumentos contrários à mudança da capital para Brasília.

Na avaliação de Cristovam, a construção de Brasília não significou apenas a transferência da máquina administrativa para o Centro-Oeste, mas possibilitou, sobretudo, a transferência do polo de poder, dando oportunidade para o desenvolvimento da produção agrícola na região, bem como dos setores industrial, cultural e intelectual.

Com relação ao suposto “custo elevado” da construção de Brasília, o senador lembrou que, segundo cálculos atualizados, o montante gasto nas obras da cidade foi menor que o investimento programado para a construção da usina de Belo Monte.

Acir Gurgacz pede transferência de acervo para RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) saudou o cinquentenário de Brasília e lembrou outra data que, a seu ver, passou praticamente despercebida: o centenário da Comissão Rondon. Ele fez um relato minucioso das atividades da comissão e da história do marechal Cândido Rondon.

O senador defendeu a transferência do acervo da Comissão Rondon e do Museu do Índio, que estão no Rio de Janeiro, para Rondônia. As obras da Comissão Rondon estão na Casa de Rui Barbosa.

Gurgacz afirmou que o acervo “vai se deteriorar com o tempo e com a falta de interesse dos responsáveis pela obra de Rondon, relegando-a ao total abandono”. Para o senador, os órgãos culturais do estado deveriam pedir as transferências.



Obras de Rondon que estão no Rio vão se deteriorar, alerta Acir Gurgacz